

# Desafios do presidente

André Stumpf

Da equipe do **Correio**

Os desafios do governo Fernando Henrique podem ser resumidos num só: ele, e seus ministros, precisam resolver os problemas da economia gerados pelas altas taxas de juros e pelos desequilíbrios estruturais do país. A equipe econômica, ao longo dos últimos dois anos, celebrou o sucesso do plano real e deixou de tomar as medidas corretivas necessárias. Foi despertada de seu sono letárgico pela crise nos países asiáticos e atropelada pela falência da Rússia.

A crise econômica será a mãe de todas as crises nestes primeiro semestre e ao longo de todo o ano. A crise político-partidária será a primeira a ser percebida. Rende boas manchetes de jornal, provoca controvérsias, produz debates e assusta o país. O governo tentará aprovar, até março, a prorrogação e o novo valor da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira, a CPMF. É um aumento forte e torna o imposto, que é provisório, em permanente.

Ciente das dificuldades que vem por aí o presidente nomeou seu novo ministério fazendo uma ameaça. Quem não auxiliar nas votações no Congresso perde o cargo. E o governo já tomará a iniciativa de modificar o regimento interno da Câmara, para acabar com o Destaque para Votação em Separado — o temido DVS, que tanto emperra as votações de interesse do governo. Haverá, ainda, a aprovação do imposto seletivo para combustíveis, que produzirá aumento no preço de gasolina, óleo diesel e gás de cozinha.

## Disciplina partidária

Depois, virá a aprovação da reforma político-partidária.

O governo quer implantar uma disciplina partidária, impedindo o parlamentar de mudar de partido por qualquer motivo e o obrigando a obedecer as decisões do comando partidário. Enfim, quer reduzir ao mínimo a possibilidade de rebeldias e traições político-partidárias.

O tempo é curto e conspira contra o governo, porque os acordos de ajuda ao país, firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os países do Grupo dos Sete — que reúne as maiores economias do mundo — exigem respostas rápidas. O ministro Pimenta da Veiga, que vai coordenar as votações, esteve recentemente nos Estados Unidos. E tem a noção precisa de que os investidores, diante de uma nova frustração no mercado nacional, vão abandonar de vez o Brasil.

O principal desafio do novo governo Fernando Henrique é a recuperação da credibilidade externa e a reconquista do investidor estrangeiro. O modelo escolhido pelo ideólogo que cercam o presidente é o da inserção do Brasil na economia internacional aproveitando os ventos favoráveis da globalização.

Ou seja, é importante atrair investidores para que eles promovam os grandes negócios que gerem emprego e renda no país, enquanto o governo vai direcionando sua atuação para a área social. É preciso, portanto, ter credibilidade e atrair investidores.

Nos últimos dois anos, o investidor veio estimulado pela estabilidade da moeda e pelas atraentes taxas de juros — consideradas as mais elevadas do mundo. No entanto, a crise da Ásia e depois a da Rússia gerou desconfianças quanto à possibilidade de o Brasil honrar os pagamentos devidos. O investidor foi embora. Agora, precisa ser recapturado e novamente convencido a colocar seu dinhei-

ro neste mercado emergente.

Essa será a questão maior. Todos os demais serão conseqüências desse desafio, de origem econômica. Haverá menos dinheiro para investimento em escolas e hospitais. As verbas vão encolher para manutenção de estradas e obras de infra-estrutura. As empresas vão desempregar mais por força de novas tecnologias e como conseqüência inevitável da recessão. O desemprego deverá assumir as feições do dragão da maldade.

## Problemas internacionais

Crises políticas poderão brotar, porque os parlamentares tenderão a se rebelar contra a disciplina que se lhes pretende impor, além da mudança do regimento interno com a extinção do DVS, o instrumento preferido das minorias. Mas a crise, se houver, ocorrerá no primeiro semestre, junto com o protesto dos aposentados, que deverão passar a contribuir para a Previdência Social, se projeto nesse sentido for aprovado no Congresso.

Essa contribuição é curiosa: ela não mudará em nada o quadro de dificuldades do país. Mas, segundo seus idealizadores, sinalizará para o exterior que o governo está disposto a efetuar o ajuste fiscal.

Crise no Brasil é hoje sinônimo de crise latino-americana e de respingos na economia norte-americana. O delicado equilíbrio financeiro deverá ser praticado com muita atenção e objetividade neste primeiro semestre, porque uma eventual falência nacional significará um problema sem tamanho para a Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile ou seja, para o Mercosul.

Os investidores internacionais,

segundo as melhores fontes, abandonarão o Brasil, seus vizinhos e os outros emergentes, levando o dinheiro para portos mais seguros. A questão econômica, também, tem implicações internacionais.

O futuro do

Brasil é, de certa forma, o futuro da América do Sul.

O presidente terá a obrigação de administrar todas as crises, que possam ocorrer, de maneira simultânea. Ele não enfrentará eleições no próximo ano, o que o deixará de mãos livres para fazer os acordos políticos e as demissões necessários ao enxugamento da máquina administrativa.

Poderá praticar as políticas mais recomendadas para o equilíbrio das contas públicas e implementar as parcerias internas e externas que desejar. Enfim, se de um lado ele estará extremamente pressionado pela crise econômica, de outro estará liberado para conduzir o país como bem entender. Terá maioria tranqüila no Congresso e poderá aprovar as leis que julgar necessárias.

A compreensão da dificuldade do momento cabe dentro das preocupações do novo ministro Pimenta da Veiga. Todo o cronograma de trabalho dele se comprime dentro do primeiro semestre. E neste curto espaço de tempo, ele espera aprovar até março as principais medidas do ajuste fiscal, fundamentais para a superação dos desafios da economia e para o cumprimento das metas com o FMI.

Ele sabe que quanto mais tardar o ajuste, mais desconfiança haverá no mercado internacional em relação ao Brasil e mais difícil será a reconquista do investidor externo e interno. E quanto mais tempo durar a crise econômica, mais chance haverá para que uma crise política séria se instale no país. Ou seja, a perspectiva de crise é real. É preciso trabalhar rápido.

**“O PRINCIPAL DESAFIO DO NOVO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE É A RECUPERAÇÃO DA CREDIBILIDADE EXTERNA E A RECONQUISTA DO INVESTIDOR ESTRANGEIRO”**